

**Câmara Municipal de Alijó**

**Avaliação Ambiental Estratégica  
Resumo Não Técnico**



MARÇO 2013

**REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL**

## ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO.....	3
1 DESCRIÇÃO DO OBJETO DE AVALIAÇÃO.....	5
1.1 Justificação e fundamentos da elaboração do plano .....	5
1.2 Objetivos do Plano e Horizonte Temporal .....	6
2 IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO.....	7
2.1 Questões estratégicas (QE).....	7
2.2 Fatores ambientais e de sustentabilidade relevantes (FASR).....	10
2.3 Quadro de Referência Estratégico (QRE).....	16
3 AVALIAÇÃO DE IMPACTES DE NATUREZA ESTRATÉGICA.....	23
4 SÍNTESE DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL.....	27
5 CONCLUSÃO.....	37

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro. 1. Desígnios, opções estratégicas e objetivos específicos definidos no PDM de Alijó.....	9
Quadro. 2. Inter-relação entre os aspetos ambientais mencionados no Decreto-Lei n.º 232/2007, os fatores ambientais e de sustentabilidade e os Fatores Críticos .....	10
Quadro. 3. Incidências de natureza ambiental e em termos de sustentabilidade para as opções estratégicas do PDMA.....	15
Quadro. 4. QRE e opções estratégicas para o Fator Crítico para a Decisão «Ocupação e Gestão do Território.....	17
Quadro. 5. QRE e opções estratégicas para o Fator Crítico de Decisão «Coesão e Desenvolvimento Territorial».....	18
Quadro. 6. QRE e opções estratégicas para o Factor Crítico de Decisão «Recursos Territoriais» .....	19
Quadro. 7. QRE e opções estratégicas para o Fator Crítico de Decisão «Qualidade Ambiental».....	20
Quadro. 8. Relevância do Quadro de Referência Estratégico por Fator Crítico para a Decisão.....	21
Quadro. 9. Síntese da avaliação ambiental para a totalidade dos fatores críticos .....	35

## INTRODUÇÃO

Este documento constitui o Resumo Não Técnico da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do Plano Diretor Municipal de Alijó (PDMA) e foi elaborado de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro e no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho.

Estes diplomas legais estabelecem o regime a que fica sujeita a avaliação ambiental dos efeitos de determinados planos e programas, suscetíveis de induzir efeitos significativos no ambiente, com o intuito de estabelecer um nível elevado de proteção do ambiente e contribuir para a integração das considerações ambientais na preparação e aprovação de planos e programas, com vista a promover um desenvolvimento sustentável. Enquanto instrumentos de ordenamento rural e urbano ou de utilização dos solos, os planos diretores municipais ficam assim sujeitos a um processo de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), cabendo à Câmara Municipal de Alijó, enquanto entidade proponente do referido plano, a responsabilidade da AAE. Esta responsabilidade abrange, nomeadamente: a decisão de elaborar a AAE; a determinação do seu âmbito e alcance, bem como a consulta de entidades e do público sobre estes aspetos; a preparação do Relatório Ambiental e respetivas consultas públicas e institucionais; e a apresentação da Declaração Ambiental à Agência Portuguesa do Ambiente.

Este documento constitui o Resumo Não Técnico do Relatório Ambiental do PDM, onde se pretende realizar um resumo do relatório ambiental e apresentar as principais conclusões da AAE.

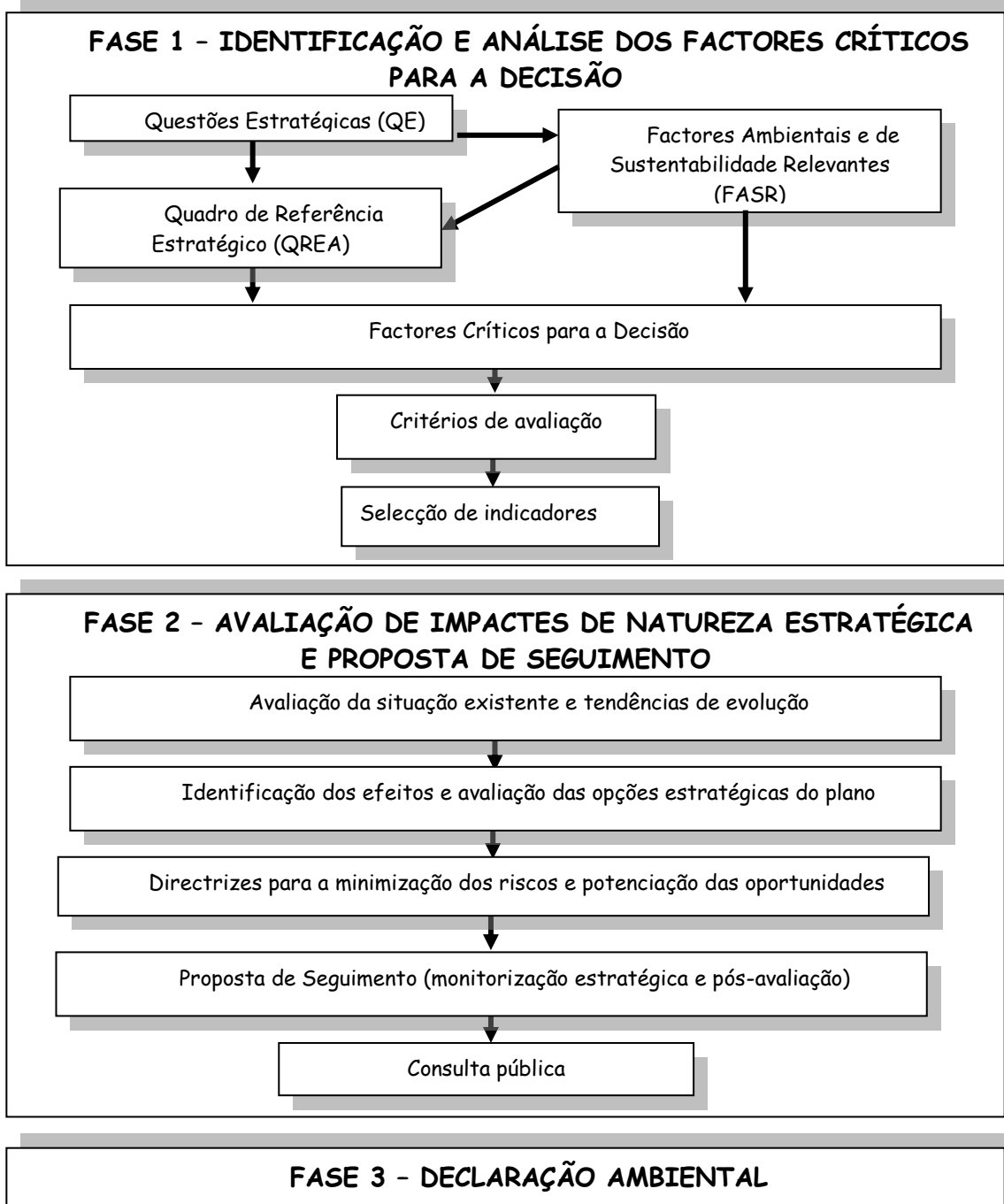
Numa primeira fase foram definidos os Fatores Críticos Para a Decisão (FCD). Estes fatores constituem os temas fundamentais para a decisão sobre os quais a AAE se deve debruçar, uma vez que identificam os aspetos a ter em conta na conceção da estratégia e das ações que as implementam, para melhor satisfazer objetivos ambientais e um futuro mais sustentável (Partidário, 2007). A definição dos FCD resultou de uma análise integrada das Questões Estratégicas (QE), do Quadro de Referência Estratégico (QREA) e dos Fatores Ambientais e de Sustentabilidade Relevantes (FASR).

Numa segunda fase foram avaliados os diversos impactes de natureza estratégica gerados pela aplicação do novo PDM, definindo-se um conjunto de diretrizes para minimização dos impactes negativos e de potenciação dos impactes positivos e ainda uma proposta de seguimento que inclui os indicadores de monitorização e as recomendações para a fase de pós-avaliação.

A terceira e última fase da AAE corresponde à elaboração da declaração ambiental, a qual deverá ser remetida, após a aprovação do PDM, à Agência Portuguesa do Ambiente. Esta declaração deverá incluir os seguintes elementos: a forma como as considerações ambientais e o relatório ambiental foram integrados no Plano Diretor Municipal; as observações apresentadas durante a consulta às entidades ambientais relevantes e agentes locais e os termos da respetiva

ponderação, bem como a justificação do não acolhimento dessas observações, as razões que fundaram a aprovação do plano à luz das alternativas razoáveis abordadas durante a sua elaboração e as medidas de controlo previstas com o intuito de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos.

No que diz respeito à componente técnica, a metodologia proposta é a seguinte:



## 1 DESCRIÇÃO DO OBJETO DE AVALIAÇÃO

A avaliação ambiental incide sobre as opções estratégicas preconizadas na proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Alijó. Esta revisão foi feita à luz do quadro legal e normativo aplicável, nomeadamente a Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e do Urbanismo (Lei nº 48/98, de 11 de Agosto) e o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro e o Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Dezembro). De notar que, neste caso, a elaboração do plano está já na sua fase final pelo que não se poderá adoptar integralmente a metodologia preconizada na literatura especializada, nomeadamente a avaliação de cenários e propostas alternativas.

### 1.1 Justificação e fundamentos da elaboração do plano

De acordo com a legislação em vigor, os Planos Directores Municipais são obrigatoriamente revisto ao fim de um período de 10 anos, a contar da data da sua aprovação e, eventualmente, ratificação. No caso do PDM de Alijó, para além deste requisito legal, outras razões foram invocadas, nomeadamente:

- Adequação do plano às disposições do novo regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, nomeadamente a Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo e os diferentes decretos regulamentares (DL 380/99; Lei 56/2007 e DL 316/2007);
- Adequação e/ou transposição para o plano das estratégias, orientações e diretrizes dos novos programas e planos com incidência no território municipal, em particular a ENDS, o PNPOT, o PROF, PRN 2000, o Plano Sectorial da Rede Natura 2000;
- Desenvolvimento do modelo territorial e de ordenamento, tendo em conta não só as dinâmicas socioeconómicas registadas no concelho ao longo da última década mas também a estratégia e as prioridades de desenvolvimento formuladas pela Câmara Municipal;
- Revisão dos mecanismos de gestão territorial e urbana tendo em conta a experiência acumulada com a implementação do atual plano mas também a introdução de normas e critérios resultantes quer do novo enquadramento jurídico dos instrumentos de gestão territorial, quer dos novos planos e programas com incidência no concelho;
- Atualização e correção da informação estatística e cartográfica, nomeadamente a transposição para uma escala e um suporte adequados (cartografia digital à escala 1:10 000) das plantas de ordenamento e de condicionantes e a criação de um Sistema de Informação Geográfico de suporte ao planeamento e à gestão do território municipal.

## 1.2 Objetivos do Plano e Horizonte Temporal

No início do processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Alijó foi estabelecido um conjunto de objetivos estratégicos e instrumentais quer para a proposta de plano, quer para a natureza das disposições técnicas e regulamentares nele contidas. De forma resumida esses objetivos são os seguintes:

- Traduzir para o âmbito municipal o quadro de desenvolvimento do território estabelecido nos instrumentos de natureza estratégica de âmbito nacional e regional (ENDS, PNPOT, PROT-N, PIOTADV), bem como dos instrumentos de política sectorial ou de natureza especial (PBHD, POARC, etc.);
- Conceber um modelo de ordenamento do território municipal compatível com a estratégia e as prioridades de desenvolvimento socioeconómico preconizada pelo município e a qual deve valorizar os principais recursos e atividades do concelho, nomeadamente o turismo e a vitivinicultura;
- Assegurar a gestão programada do território municipal, garantindo assim a eficácia do plano no combate à dispersão urbana e no controle dos processos de edificação e de urbanização;
- Definir a estrutura ecológica municipal bem como as normas e os critérios técnicos para a utilização dos solos nela incluídos;
- Definir os princípios e os critérios da garantia da qualidade ambiental e da preservação do património cultural, tendo em vista assegurar a sustentabilidade do território e a qualidade de vida das populações e ainda a defesa e a valorização dos valores patrimoniais;
- Definir os princípios e os critérios técnicos para a localização de infraestruturas, equipamentos, serviços e funções urbanas, tendo em vista a racionalização dos investimentos públicas e a garantia de uma efetiva igualdade de oportunidades das populações no acesso a estes;
- Definir os critérios de localização e distribuição das atividades industriais, turísticas, comerciais e de serviços, tendo em vista um uso adequado do solo e a salvaguarda do princípio do equilíbrio territorial;
- Definir os parâmetros do uso do solo e de uso e fruição do espaço público, tendo em conta as características específicas do território, o modelo de povoamento do concelho e ainda a melhoria da qualidade de vida que se pretende alcançar com a implementação do plano;

O horizonte temporal previsto para o plano é de 10 anos. No entanto, e de acordo com a legislação em vigor, o plano poderá ser revisto antes desse limite temporal, desde que existam razões fundamentadas que o justifiquem.

## 2 IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO

Os fatores críticos constituem os temas fundamentais para a decisão sobre os quais a AAE se deve debruçar, uma vez que identificam os aspetos a ter em conta na conceção da estratégia e das ações que as implementam, para melhor satisfazer objetivos ambientais e um futuro mais sustentável (Partidário, 2007). A identificação destes fatores resultou de uma análise integrada das questões estratégicas (QE) formulados para o Plano Diretor Municipal de Alijó, das questões ambientais relevantes identificadas com base na legislação em vigor e no âmbito, natureza e alcance deste plano territorial e do Quadro de Referência Estratégico Ambiental (QRE). Os Fatores Críticos para a Decisão, a seguir enunciados e sumariamente descritos, resultam ainda das sugestões e recomendações das entidades consultadas no âmbito dos procedimentos legalmente estabelecidos para a definição do âmbito da avaliação ambiental estratégica.

- **Ocupação e gestão do território:** Contempla a dimensão do ordenamento físico do território, incluindo os aspetos relacionados com a ocupação e usos do solo, a distribuição espacial da população, as dinâmicas de urbanização e a racionalização das infraestruturas públicas;
- **Coesão e desenvolvimento territorial:** Atende à dimensão da equidade e da competitividade territorial, nomeadamente os aspetos relacionados com as dinâmicas demográficas e construtivas, as dinâmicas económicas, a mobilidade e a igualdade de oportunidades no acesso às redes públicas de infraestruturas, equipamentos, serviços e funções urbanas;
- **Recursos territoriais:** Compreende a dimensão da proteção e valorização dos recursos endógenos, incluindo os aspetos relacionados com os recursos hídricos, a biodiversidade, a paisagem e o património cultural.
- **Qualidade ambiental:** Aborda a dimensão das condições e da qualidade de vida da população, incluindo os aspetos relacionados com os níveis de cobertura e a eficiência das redes de saneamento básico e resíduos, a qualidade da água e do ar, o ruído e os riscos Naturais.

### 2.1 Questões estratégicas (QE)

As opções estratégicas preconizadas para o plano resultaram do exercício desenvolvido pela equipa técnica em estreita articulação com a Câmara Municipal e os agentes locais, e a qual permitiu construir o cenário desejável para o concelho num horizonte de 10 anos. Este cenário procura traduzir a ambição do concelho em matéria de desenvolvimento e de ordenamento, a qual é marcada pela vontade de

fazer de Alijó um território mais: Aberto e Atrativo; Equilibrado e Ordenado; Dinâmico e Competitivo; Sustentável e Equitativo. Destes quatro pilares decorre um conjunto de opções estratégicas (quadro 1) de base territorial que conformam o Modelo Territorial Futuro e o qual foi representado com base nos elementos fundamentais que estruturam o território: o sistema biofísico; o sistema urbano; o sistema de acessibilidades e mobilidade e o sistema produtivo.



DESÍGNÍOS	OPÇÕES ESTRATÉGICAS OBJECTIVOS ESPECÍFICOS
<b>UM TERRITÓRIO MAIS ABERTO E ATRACTIVO</b> Desencravar e Irradiar	<b>1. Garantir a plena inserção do concelho na rede viária nacional e a articulação com os centros urbanos e os territórios envolventes</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhorar as ligações entre a sede do concelho e os eixos viários estruturantes;</li> <li>• Melhorar a articulação do concelho com os centros urbanos e os territórios envolventes</li> </ul>
	<b>2. Reforçar a capacidade de atração e de polarização do concelho.</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Consolidar o papel e as funções urbanas e económicas da Vila de Alijó;</li> <li>• Atrair e fixar investimentos e população;</li> </ul>
<b>UM TERRITÓRIO MAIS EQUILIBRADO E ORDENADO</b> Estruturar e Harmonizar	<b>3. Promover o desenvolvimento do concelho e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e coesão territorial</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforçar o papel e as funções dos polos urbanos secundários (Favaios, Pinhão, Sanfins e Vilar de Maçada);</li> <li>• Completar, reordenar e requalificar as redes de infraestruturas básicas e de equipamentos coletivos;</li> <li>• Completar e requalificar a rede viária concelhia e facilitar a mobilidade interna;</li> </ul>
	<b>4. Controlar, ordenar e qualificar os espaços urbanos, harmonizar e compatibilizar os diferentes usos do solo rural</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reestruturar e requalificar o perímetro urbano da Vila de Alijó;</li> <li>• Reestruturar e requalificar os perímetros urbanos dos polos secundários;</li> <li>• Conter e disciplinar a expansão urbana e a edificação fora dos perímetros urbanos;</li> <li>• Harmonizar e compatibilizar os diferentes usos do solo rural.</li> </ul>
<b>UM TERRITÓRIO MAIS DINÂMICO E COMPETITIVO</b> Diversificar e Qualificar	<b>5. Reforçar e diversificar o sistema produtivo de base territorial</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Consolidar o papel e a importância do sector vitivinícola;</li> <li>• Valorizar os recursos naturais e as atividades tradicionais.</li> </ul>
	<b>6. Promover o desenvolvimento de um turismo gerador de riqueza e emprego</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Criar condições para a instalação de projetos de desenvolvimento turístico</li> </ul>
<b>UM TERRITÓRIO MAIS SUSTENTÁVEL E EQUITATIVO</b> Preservar e Igualizar	<b>7. Preservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos naturais e prevenir e minimizar os riscos</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Proteger e valorizar a Estrutura Ecológica Municipal;</li> <li>• Proteger e valorizar o património natural e cultural;</li> <li>• Utilizar de modo sustentável os recursos naturais e prevenir e minimizar os riscos Naturais.</li> </ul>
	<b>8. Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e equipamentos e na universalidade do acesso aos respetivos serviços</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantir a manutenção de serviços públicos mínimos nos espaços rurais periféricos;</li> <li>• Melhorar a acessibilidade e as condições de mobilidade das populações rurais.</li> </ul>

Quadro. 1. Desígnios, opções estratégicas e objetivos específicos definidos no PDM de Alijó

## 2.2 Fatores ambientais e de sustentabilidade relevantes (FASR)

Os fatores ambientais e de sustentabilidade definem o âmbito ambiental relevante e deverão atender não só aos fatores ambientais legalmente estabelecidos mas também aos objetivos estratégicos do plano, à escala de avaliação e, conseqüentemente, a sua relevância.

Relativamente aos requisitos legais, a alínea e) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei 232/2007 refere explicitamente que o relatório ambiental deverá avaliar «os eventuais efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação do plano (...) considerando questões como a biodiversidade, a população, a saúde humana, a fauna, a flora, o solo, a água, a atmosfera, os fatores climáticos, os bens materiais e o património cultural, incluindo o património arquitetónico, arqueológico e a paisagem e a inter-relação entre os fatores supracitados.»

Tendo em conta os fatores ambientais contidos na legislação nacional, bem como as características do território municipal ou ainda a natureza, o alcance e as opções estratégicas preconizadas no Plano, procedeu-se à identificação das incidências de natureza ambiental e em termos de sustentabilidade para cada uma das opções e objetivos associados (Quadro 3), tendo sido selecionados os seguintes fatores: Biodiversidade; Coesão Territorial; Qualidade Ambiental; Riscos Naturais; Recursos Territoriais; Mobilidade; Desenvolvimento Territorial; Património Cultural e Paisagem. No quadro seguinte apresentam-se a relação entre os fatores críticos, os fatores ambientais e de sustentabilidade e os aspetos ambientais considerados na legislação em vigor.

Decreto-Lei n.º 232/2007 (alínea e) do n.º 1 do artigo 6.º)	Fatores Ambientais e de Sustentabilidade Relevantes	Fatores Críticos
Biodiversidade Fauna Flora	Biodiversidade	Biodiversidade Ocupação e Uso do Solo
População Saúde humana	População e Qualidade de Vida	Desenvolvimento Local Qualidade do Ambiente Coesão Territorial
Ar Solo Água	Qualidade do Ambiente e Riscos Naturais	Qualidade do Ambiente Riscos Naturais
Factores climáticos	Energia	Ocupação e Uso do solo Coesão Territorial
Bens materiais	Recursos Naturais e Desenvolvimento Local	Utilização dos Recursos Naturais Coesão Territorial Desenvolvimento Local
Património cultural Paisagem	Património Cultural Paisagem	Paisagem e Património Arqueológico e Arquitetónico

Quadro. 2. Inter-relação entre os aspetos ambientais mencionados no Decreto-Lei n.º 232/2007, os fatores ambientais e de sustentabilidade e os Fatores Críticos

Opções Estratégicas e Objetivos Específicos	Natureza das Intervenções	Incidências Ambientais e de Sustentabilidade
<p><b>1. Garantir a plena inserção do concelho na rede viária nacional e a articulação com os centros urbanos e os territórios envolventes</b>, melhorando as ligações entre a sede do concelho e os eixos viários estruturantes e a articulação do concelho com os centros urbanos e os territórios envolventes</p>	<p>Propostas de construção e requalificação de infraestruturas rodoviárias (acessibilidades externas);</p> <p>Recomendações para o reordenamento da rede de transportes coletivos interurbanos;</p>	<p>Pressão sobre os ecossistemas naturais e riscos eventuais de redução da <u>biodiversidade</u>;</p> <p>Intrusões visuais e degradação da <u>paisagem</u> natural;</p> <p>Melhoria das acessibilidades as quais contribuem para a promoção do <u>desenvolvimento territorial</u>;</p> <p>Incremento da <u>mobilidade</u> e eventual diminuição da <u>qualidade ambiental</u>;</p> <p>Melhoria dos níveis de acesso a bens e serviços públicos fundamentais e da <u>coesão territorial</u>.</p>
<p><b>2. Reforçar a capacidade de atração e de polarização do concelho</b>, consolidando o papel e as funções urbanas da Vila de Alijó, atraindo e fixando iniciativas, investimentos e população.</p>	<p>Propostas de construção de equipamentos coletivos e serviços públicos âncora;</p> <p>Proposta de requalificação do aeródromo da Chã;</p> <p>Proposta de expansão do Loteamento Industrial e de construção do Eco-Parque do Pópulo;</p> <p>Elaboração de estudos e implementação de programas de aproveitamento do potencial energético municipal e de valorização dos recursos agroflorestais;</p> <p>Programa de Apoio e Acompanhamento dos Investimentos Turísticos no concelho.</p>	<p>Melhoria dos níveis de acesso a bens e serviços públicos fundamentais e da <u>coesão territorial</u>;</p> <p>Atração e fixação de população, contribuindo para a contenção das dinâmicas de despovoamento das zonas rurais e para o <u>desenvolvimento territorial</u>;</p> <p>Atração ou realocação de empresas e atividades industriais, favorecendo o <u>desenvolvimento territorial</u>, a <u>qualidade ambiental</u> e a da <u>paisagem</u>;</p> <p>Aumento potencial dos <u>riscos tecnológicos</u> provocados pela instalação de atividades industriais.</p> <p>Pressão eventual sobre os recursos naturais decorrente da sua exploração para fins energéticos</p>

Opções Estratégicas e Objetivos Específicos	Natureza das Intervenções	Incidências Ambientais e de Sustentabilidade
<p><b>3. Promover o desenvolvimento do concelho e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e coesão territorial,</b> reforçando o papel e as funções dos polos urbanos secundários (Favaios, Pinhão, Sanfins e Vilar de Maçada), reordenando e requalificando as redes de infraestruturas básicas, de equipamentos coletivos e a rede viária concelhia</p>	<p>Proposta de construção e requalificação de equipamentos coletivos nos aglomerados rurais;</p> <p>Proposta de expansão das redes de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais;</p> <p>Proposta de beneficiação de estradas nacionais desclassificadas ou em vias de desclassificação;</p>	<p>Melhoria dos níveis de acesso a bens e serviços públicos fundamentais e da <u>coesão territorial</u>;</p> <p>Melhoria dos níveis de atendimento de infraestruturas e da <u>qualidade ambiental</u> do concelho;</p> <p>Incremento da <u>mobilidade</u> e eventual diminuição da <u>qualidade ambiental</u></p>
<p><b>4. Controlar, ordenar e qualificar os espaços urbanos, harmonizar e compatibilizar os diferentes usos do solo rural,</b> reestruturando e requalificando os perímetros urbanos da Vila de Alijó e dos polos secundários, contendo e disciplinando a expansão urbana e a edificação fora dos perímetros urbanos e compatibilizando os diferentes usos do solo rural;</p>	<p>Ampliação ou reconfiguração dos perímetros urbanos com base na pressão construtiva, áreas expectantes, mercado de solos e projeções demográficas;</p> <p>Programação da urbanização das áreas de expansão através da delimitação de UOPG e da definição dos usos dominantes e parâmetros urbanísticos;</p> <p>Condicionamento da edificação em solos rurais, através do aumento das parcelas mínimas e da redefinição dos parâmetros urbanísticos;</p> <p>Criação de condições para a legalização das construções e áreas urbanas de génese ilegal (AUGI)</p> <p>Definição de um modelo de ordenamento e de um regime de uso do solo rural que contribuam para a preservação dos espaços agrícolas e da paisagem tradicional na zona serrana e vinhateira;</p>	<p>Redução dos investimentos em infraestruturas e incremento da eficiência das redes existentes, com a melhoria da <u>coesão territorial</u>, <u>qualidade ambiental</u> e a conservação da <u>biodiversidade</u>;</p> <p>Pressão eventual sobre os <u>recursos territoriais</u> (solos inseridos na REN e na RAN) e a <u>paisagem</u>;</p> <p>Conservação dos <u>recursos territoriais</u> (solos da REN e da RAN) e da <u>paisagem</u> tradicional;</p>

Opções Estratégicas e Objetivos Específicos	Natureza das Intervenções	Incidências Ambientais e de Sustentabilidade
<p><b>5. Reforçar e diversificar o sistema produtivo de base territorial</b>, consolidando o papel e a importância do sector vitivinícola e valorizando os recursos naturais e as atividades tradicionais</p>	<p>Definição de um regime de uso do solo rural que permita a instalação de unidades vitivinícolas (adegas e armazéns) ou ampliação dos existentes;</p> <p>Proposta de expansão do Loteamento Industrial e de construção do Eco-Parque do Pópulo;</p> <p>Elaboração de estudos e implementação de programas de aproveitamento do potencial energético municipal e de valorização dos recursos agroflorestais;</p>	<p>Pressão eventual sobre os <u>recursos territoriais</u> (solos inseridos na REN e na RAN) e a <u>paisagem</u>;</p> <p>Conservação dos <u>recursos territoriais</u> (solos da REN e da RAN) e da <u>paisagem</u> tradicional;</p> <p>Aumento potencial dos <u>riscos tecnológicos</u> provocados pela instalação de atividades industriais</p>
<p><b>6. Promover o desenvolvimento de um turismo gerador de riqueza e emprego</b>, criando condições para a instalação de projetos turísticos,</p>	<p>Definição de um modelo de ordenamento e de um regime de uso do solo que permitam acomodar as intenções e projetos de construção de unidades turísticas, previstos e potenciais;</p> <p>Proposta de criação de roteiros turístico-culturais</p> <p>Elaboração de planos estratégicos para a valorização dos principais polos de desenvolvimento turístico e programa de requalificação das aldeias tradicionais.</p>	<p>Pressão sobre os ecossistemas naturais e riscos eventuais de redução da <u>biodiversidade</u>;</p> <p>Intrusões visuais e degradação da <u>paisagem</u> natural;</p> <p>Diversificação das atividades económicas e promoção do <u>desenvolvimento territorial</u>;</p> <p>Acréscimo dos investimentos infraestruturais e diminuição potencial da <u>qualidade ambiental</u>;</p>

Opções Estratégicas e Objetivos Específicos	Natureza das Intervenções	Incidências Ambientais e de Sustentabilidade
<p><b>7. Preservar e valorizar o património natural e cultural a biodiversidade, utilizar de modo sustentável os recursos e prevenir os riscos, criando a Estrutura Ecológica Municipal, utilizando de modo sustentável os recursos naturais, prevenindo e minimizando os riscos Naturais e preservando e valorizando os valores patrimoniais naturais, paisagísticos e culturais</b></p>	<p>Delimitação dos componentes urbanos e rurais da Estrutura Ecológica Municipal e definição de um regime de uso do solo compatível com os objetivos de preservação e valorização ambiental;</p> <p>Definição de mecanismos de preservação e de medidas de recuperação dos sistemas fundamentais (cabeços, zonas húmidas, áreas declivosas);</p> <p>Propostas de manutenção/recuperação da drenagem natural das linhas de água em espaços urbanos, dos povoamentos de vegetação natural e das espécies ripícolas e da paisagem tradicional vitícola;</p> <p>Definição de mecanismos de proteção de solos de elevada aptidão agrícola (solos de RAN e antrossolos)</p> <p>Delimitação das áreas de risco (incêndio, erosão, inundação, e definição das medidas de proteção);</p> <p>Classificação dos valores patrimoniais concelhios mais relevantes e propostas de reabilitação dos sítios, edifícios e espaços culturais.</p>	<p>Conservação e valorização da <u>biodiversidade</u> e melhoria da <u>qualidade ambiental</u>;</p> <p>Controle dos fatores e redução dos impactes dos <u>riscos naturais</u> (erosão, inundação e incêndio);</p> <p>Preservação e valorização dos sistemas naturais mais frágeis e dos <u>recursos territoriais</u> (solos e água);</p> <p>Preservação e valorização do <u>património cultural</u> (sítios arqueológicos, edifícios e espaços culturais), <u>natural</u> (sítios e valores) e da <u>paisagem</u>.</p>

Opções Estratégicas e Objetivos Específicos	Natureza das Intervenções	Incidências Ambientais e de Sustentabilidade
<p><b>8. Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e equipamentos e na universalidade do acesso aos respetivos serviços</b>, garantindo a manutenção de serviços públicos mínimos nos espaços rurais periféricos e melhorando a acessibilidade e a mobilidade das populações rurais</p>	<p>Proposta de criação de serviços de apoio domiciliário e de serviços públicos itinerantes (saúde);</p> <p>Proposta de utilização e rentabilização dos equipamentos através das associações locais;</p> <p>Proposta de requalificação das vias rodoviárias e dos acessos domiciliários nos aglomerados rurais;</p> <p>Proposta de melhoria da cobertura da rede de serviços públicos de transportes, através da utilização partilhada dos transportes escolares.</p>	<p>Melhoria dos níveis de acesso a bens e serviços públicos fundamentais e da <u>coesão territorial</u>; Melhoria das acessibilidades as quais contribuem para a promoção do <u>desenvolvimento territorial</u>;</p> <p>Incremento da <u>mobilidade</u> e eventual diminuição da <u>qualidade ambiental</u>.</p>

Quadro. 3. Incidências de natureza ambiental e em termos de sustentabilidade para as opções estratégicas do PDMA

## 2.3 Quadro de Referência Estratégico (QRE)

O Quadro de Referência Estratégico Ambiental estabelece o macro-enquadramento da avaliação ambiental, sendo constituído pelas estratégias, programas e planos que enquadram estrategicamente o PDM de Alijó e para o qual estabelecem objetivos e/ou metas de sustentabilidade. Tendo em conta o âmbito e os objetivos da avaliação, bem como a natureza do plano, foram identificados os seguintes instrumentos de enquadramento estratégico:

- Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS);
- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT);
- Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC);
- Plano Regional de Ordenamento do Território Norte (PROT-N);
- Plano Intermunicipal de Ordenamento do Alto Douro Vinhateiro (PIOTADV);
- Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Douro (PBHRD);
- Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroelétrico (PNBEPH);
- Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN);
- Programa Operacional Regional Norte (PORN);
- Programa Operacional de Valorização do Território (POVT);
- Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB);
- Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos (PERSUII);
- Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento Águas Residuais II (PEAASARII);
- Plano de Ordenamento das Albufeiras da Régua e Carrapatelo (POARC);
- Plano Estratégico Nacional para o Turismo (PENT);
- Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural (PENDR);
- Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro (PDTVD);
- Plano Regional de Ordenamento Florestal do Douro (PROFD);
- Programa Nacional da Água (PNA);
- Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde (PNAAS);
- Plano Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA);
- Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais (ENEAPAI).



Nos quadros seguintes são identificadas as estratégias, os programas e os planos que constituem o referencial estratégico de cada um dos FCD considerados, bem como as opções estratégicas preconizadas nesses instrumentos. A análise destas opções permitiu-nos estabelecer as relações de relevância entre os FCD e os instrumentos de enquadramento identificados (Quadro 8). De notar que os objetivos e as metas específicas aplicáveis a cada variável, e que constituem os referenciais ambientais e de sustentabilidade a partir dos quais o PDM de Alijó será avaliado estrategicamente, serão descritos no próximo capítulo.

FCD	QRE	Objetivos Globais
Ocupação e Gestão do Território	PNPOT	Um espaço sustentável e bem ordenado - Preservar o quadro natural e paisagístico, em particular os recursos hídricos, a zona costeira, a floresta e os espaços de potencial agrícola  Articular o sistema de "espaços abertos" de natureza ambiental e paisagística com o sistema urbano e as redes de infraestruturas
	PROT-N	Conservação e valorização do suporte territorial (valores naturais e patrimoniais)  Consolidação do sistema urbano (pontos nodais da estrutura de apropriação do território)
	PIOTADV	Promover o correto ordenamento e gestão do território
	PBHRD	Articular o ordenamento do território com o ordenamento do domínio hídrico
	POARC	Correta implantação das diferentes atividades no território
	QREN	Assegurar a qualificação do território traduzida, em especial, nos objectivos de promover um melhor ordenamento do território (...) e consolidar o reforço do sistema urbano, tendo presente a redução das assimetrias regionais de desenvolvimento;
	PORN	<i>Valorização e qualificação ambiental e territorial</i> , através da promoção do desenvolvimento integrado de comunidades sustentáveis, numa perspetiva intergeracional e na dupla vertente ambiental e inclusiva;  <i>Qualificação do sistema urbano</i> , promovendo a qualificação e interconectividade da rede urbana da Região do Norte enquanto elemento de reforço da qualidade de vida dos cidadãos;
	PROFD	<i>Expandir e reabilitar do património florestal</i> : Promover a expansão florestal em terras agrícolas com arborização regional adequada e bem adaptada; Contribuir para a reabilitação das terras degradadas e para a diminuição dos efeitos da desertificação; Aumentar a área florestal, com arborizações adaptadas às condições locais e compatíveis com a região;  <i>Defender o património florestal</i> : Promover a gestão e o ordenamento das matas de folhosas autóctones.
	PENDR	Promover o correto ordenamento do espaço rural

Quadro. 4. QRE e opções estratégicas para o Fator Crítico para a Decisão «Ocupação e Gestão do Território»

FCD	QRE	Objetivos Globais
Coesão e Desenvolvimento Territorial	ENDS	Mais equidade, igualdade de oportunidades e coesão social Valorização equilibrada do território
	PNPOT	<i>Um território equitativo em termos de desenvolvimento e bem-estar</i> - Valorizar a diversidade dos territórios e a articulação dos centros urbanos com as áreas rurais, garantindo em todo o País o acesso ao conhecimento e aos serviços coletivos e boas condições de mobilidade e comunicação, favorecendo a liberdade de opção por diferentes espaços e modos de vida.
	PROT-N	Consolidação do sistema urbano (pontos nodais da estrutura de apropriação do território) Conformação e concretização dos sistemas / redes fundamentais de conectividade (suportes dos fluxos de pessoas, de bens, de serviços e de informação) centrada na articulação entre pontos nodais da estrutura territorial da Região e destes com o exterior,
	PIOTADV	Promover um desenvolvimento agrícola sustentável Promoção e dinamização do território
	POARC	Promoção do desenvolvimento sustentável do Vale do Douro Melhoria da qualidade de vida das populações locais, possibilitando a fruição de novas atividades recreativas e de lazer.
	QREN	Promover o crescimento sustentado através, especialmente, do objetivo do aumento da competitividade dos territórios; Assegurar a qualificação do território traduzida, em especial, nos objetivos de promover um melhor ordenamento do território e consolidar o reforço do sistema urbano, tendo presente a redução das assimetrias regionais de desenvolvimento;
	PORN	<i>Valorização económica de recursos específicos</i> , enquanto elementos-chave de uma estratégia territorialmente diferenciada de desenvolvimento regional, assente na valorização económica dos seus recursos próprios e do seu capital simbólico e identitário; <i>Valorização e qualificação territorial</i> , através da promoção do desenvolvimento integrado de comunidades sustentáveis, numa perspetiva intergeracional e inclusiva;
	POVT	Garantir a coesão social atuando, em particular, nos objectivos do aumento do emprego e do reforço da empregabilidade e do empreendedorismo, da melhoria da qualificação escolar e profissional e assegurando a inclusão social. e medida de inclusão social.
	PENDR	Aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal, Diversificação da economia nas zonas rurais Reforço da coesão territorial e social
	PENT	Desenvolvimento do Turismo baseado na qualificação e competitividade da oferta, alavancado na excelência ambiental/urbanística, na formação dos recursos humanos e na dinâmica/modernização empresarial e das entidades públicas
	PDTV	Proceder à territorialização das temáticas de atração, de modo a conseguir concentrar fluxos, viabilizando estruturas de qualidade; Atrair e apoiar a instalação de um conjunto de empreendimentos turísticos estruturantes, de natureza privada e pública:
	PROFD	<i>Valorizar as áreas florestais</i> : Potenciar as funções económicas, ecológicas e sociais das superfícies florestais; <i>Consolidar a atividade florestal</i> : Melhorar a área florestal, com intervenções adaptadas às condições locais e compatíveis com a região e com a espécie;

Quadro. 5. QRE e opções estratégicas para o Fator Crítico de Decisão «Coesão e Desenvolvimento Territorial»

FCD	QRE	Objetivos Globais
Recursos Territoriais	ENDS	Gestão Eficiente do Património Natural
	PNPOT	<i>Um espaço sustentável e bem ordenado</i> Preservar o quadro natural e paisagístico, em particular os recursos hídricos, floresta e espaços de potencial agrícola  Gerir e valorizar as áreas classificadas integrantes da Rede Fundamental de Conservação da Natureza
	PNAC	Promoção da eletricidade produzida por fontes renováveis de energia Melhoria da eficiência energética dos edifícios
	PROT-N	Conservação e valorização do suporte territorial (valores naturais e patrimoniais)  Gestão sustentada dos recursos territoriais (exploração das potencialidades / atenuação das fragilidades)
	PIOTADV	Valorização da paisagem e dos seus diversos elementos patrimoniais  Mitigação das intrusões na paisagem.
	PBHRD	Gestão da procura (abastecimento de água às populações e atividades económicas):  Valorização social e económica dos recursos hídricos
	POARC	Maximização dos recursos numa ótica de gestão racional e da proteção do ambiente  Diferenciação da utilização das albufeiras da Régua e do Carrapatelo e respetivas margens, de acordo com as suas especificidades geográficas, biofísicas e paisagísticas
	PORN	<i>Valorização económica de recursos específicos</i> , enquanto elementos-chave de uma estratégia territorialmente diferenciada de desenvolvimento regional, assente na valorização económica dos seus recursos próprios e, designadamente, do seu capital simbólico e identitário;
	PNBEPH	Contribuição para as metas de produção de energia com origem em fontes renováveis  Redução da dependência energética nacional  Redução de emissões de gases com efeito de estufa (GEE)
	ENCNB	Promover a integração da política de conservação da natureza e do princípio da utilização sustentável dos recursos biológicos na política de ordenamento do território e nas diferentes políticas sectoriais
	PENDR	Correto ordenamento do espaço rural e gestão sustentável dos recursos naturais  Promoção da eficácia da intervenção das entidades públicas, privadas e associativas na gestão do território
	PROFD	<i>Valorizar as áreas florestais</i> : Potenciar as funções económicas, ecológicas e sociais das superfícies florestais;  <i>Consolidar a atividade florestal</i> : Aumentar a área florestal, com arborizações adaptadas às condições locais e compatíveis com a região; Promover a reposição do potencial produtivo de algumas zonas, através da obtenção de material de qualidade, com valorização apreciável.
	PNA	Promover a sustentabilidade ambiental, económica e financeira da utilização dos recursos hídricos  Promover a gestão sustentável da procura de água, baseada na gestão racional dos recursos e nas disponibilidades existentes em cada bacia hidrográfica
	PNUEA	Promover o uso eficiente da água nos sectores urbano, agrícola e industrial, contribuindo para minimizar os riscos de stress hídrico, quer em situação hídrica normal quer durante períodos de seca.
	ENEAPAI	Conceção, construção, gestão e exploração das soluções de valorização e de tratamento de efluentes, através de entidades com reconhecida capacidade técnica, que garanta o bom funcionamento das instalações e o controlo das descargas.

Quadro. 6. QRE e opções estratégicas para o Factor Crítico de Decisão «Recursos Territoriais»

FCD	QRE	Objetivos Globais
Qualidade Ambiental	ENDS	Gestão Eficiente e Preventiva do Ambiente
	PNPOT	Um território equitativo em termos de desenvolvimento e bem-estar - Definir o sistema urbano como critério orientador do desenho das redes de infraestruturas e de equipamentos coletivos
	PROT-N	Gestão sustentada dos recursos territoriais (exploração das potencialidades / atenuação das fragilidades)
	PIOTADV	Qualificação ambiental e de vida como fator crucial da sua sustentabilidade
	PBHRD	Proteção das águas e controlo da poluição: Proteção da natureza Proteção contra situações hidrológicas extremas e acidentes de poluição
	POARC	Promover a melhoria da qualidade das águas de origem superficial para consumo humano
	QREN	Assegurar a qualificação do território traduzida, em especial, nos objetivos de assegurar ganhos ambientais
	PORN	Valorização e qualificação ambiental e territorial, através da promoção do desenvolvimento integrado de comunidades sustentáveis, numa perspetiva intergeracional e na dupla vertente ambiental e inclusiva; Qualificação do sistema urbano, promovendo a qualificação e interconetividade da rede urbana da Região do Norte enquanto elemento de reforço da própria empresa e da qualidade de vida dos cidadãos;
	PERSUII	Reduzir, reutilizar e recicla; Separar na origem e minimizar a deposição em aterro
	PEAASARII	Universalidade, continuidade e qualidade do serviço Proteção dos valores ambientais
	PNA	Assegurar a gestão integrada do domínio hídrico, promovendo a integração da componente recursos hídricos nas políticas sectoriais e assegurando a integridade hídrica das regiões hidrográficas, bem como a integração dos aspetos da quantidade e da qualidade da água
	PROFD	Defender o património florestal; Reduzir a carga e modificar a estrutura do material combustível em zonas estratégicas, de modo a diminuir a severidade de um incêndio e aumentar a eficácia dos meios de combate.
	PNAAS	Intervir ao nível dos fatores ambientais para promover a saúde da pessoa e das comunidades a eles expostos.

Quadro. 7. QRE e opções estratégicas para o Fator Crítico de Decisão «Qualidade Ambiental»

	ENDS	PNPOT	PNAC	PROT-N	PIOTADV	PBHD	POARC	QREN	PORN	POVT	PNBEPH	ENCNB	PERSUII	PEAASAR II	PENT	PENDR	PROFD	PNA	PNAAS	PNUEA	ENEAPAI
<b>Organização e Gestão do Território</b>	Amarelo	Laranja	Amarelo	Vermelho	Vermelho	Laranja	Vermelho	Amarelo	Laranja	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Vermelho	Vermelho	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo
<b>Coesão e Desenvolvimento Territorial</b>	Laranja	Laranja	Amarelo	Vermelho	Laranja	Amarelo	Laranja	Laranja	Vermelho	Vermelho	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Vermelho	Vermelho	Laranja	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo
<b>Recursos Territoriais</b>	Laranja	Laranja	Vermelho	Vermelho	Vermelho	Vermelho	Vermelho	Laranja	Laranja	Amarelo	Vermelho	Vermelho	Amarelo	Laranja	Amarelo	Vermelho	Vermelho	Laranja	Amarelo	Laranja	Laranja
<b>Qualidade Ambiental</b>	Laranja	Laranja	Amarelo	Vermelho	Vermelho	Vermelho	Vermelho	Laranja	Laranja	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Vermelho	Vermelho	Amarelo	Amarelo	Laranja	Laranja	Vermelho	Amarelo	Amarelo

Quadro. 8. Relevância do Quadro de Referência Estratégico por Fator Crítico para a Decisão










### 3 AVALIAÇÃO DE IMPACTES DE NATUREZA ESTRATÉGICA

No quadro que se segue é realizado para cada FCD uma síntese do diagnóstico da situação atual e tendências de evolução do território face ao QRE e objetivos e metas definidos.

Síntese da situação atual e tendência de evolução			
Fator Crítico	Critérios	Situação atual	Tendências de evolução face ao QRE
Organização e Gestão do Território	Ocupação e usos do solo		↪
	Povoamento		→
	Contenção da expansão urbana		→
Coesão e Desenvolvimento Territorial	População		↓
	Habituação		→
	Atividades Económicas		↪
	Acesso a bens e serviços públicos fundamentais		↪
	Padrões de mobilidade		↪
Recursos Territoriais	Recursos hídricos		→
	Recursos florestais		↑
	Recursos cinegéticos e piscícolas		→
	Recursos Geológicos		↪
	Recursos energéticos		↪
	Biodiversidade		↪
	Paisagem		↪
	Património cultural, arquitetónico e edificado		→
Qualidade Ambiental	Saneamento básico		↪
	Emissões atmosféricas		→
	Ruído		↑
	Riscos Naturais		↪

<b>Tendências de evolução</b>	 Muito Negativa	 Negativa	 Sem alteração significativa	 Positiva	 Muito Positiva
<b>Distância à situação desejável Objetivos e metas</b>	Muito distante	Distante	Próximo	Muito Próximo	

No quadro seguinte são analisados os eventuais efeitos positivos ou negativos decorrentes da aplicação das opções estratégicas do plano para cada FCD.

FCD	Critérios de avaliação	Opção 1	Opção 2	Opção 3	Opção 4	Opção 5	Opção 6	Opção 7	Opção 8
<b>Organização e Gestão do Território</b>	Ocupação e usos do solo	++/-	++/-	++	+++	++	+/-	+++	+++
	Povoamento	+/-	+/-	+++	+++	+/-	+++	0	+++
	Expansão urbana	+/-	+/-	++	+++	0	--	++	+++
<b>Coesão e Desenvolvimento do Território</b>	População	+++	+++	+++	+++	+++	+++	0	+++
	Habituação	0	0	+++	+++	0	0	0	++
	Atividades económicas	+++	+++	0	0	+++	+++	++	0
	Acesso a bens e serviços públicos fundamentais	0	0	+++	0	0	0	0	+++
	Padrões de mobilidade	+++	0	+++	0	0	0	0	++
<b>Recursos Territoriais</b>	Recursos hídricos	--	--	++	0	--	-	+++	0
	Recursos florestais	+	+	+	+	+	++	+++	++
	Recursos cinegéticos e piscícolas	++	++	++	++	---	+/-	+++	0
	Recursos geológicos	0	0	0	++	0	0	0	0



FCD	CrITÉrios de avaliação	Opção 1	Opção 2	Opção 3	Opção 4	Opção 5	Opção 6	Opção 7	Opção 8
	Recursos energéticos	0	-	0	0	-	-	+++	0
	Biodiversidade	0	0	0	++	---	0	+++	0
	Paisagem	--	0	0	+++	--	--	+++	0
	Património cultural e edificado	0	++	0	++	0	+++	+++	0
Qualidade Ambiental	Saneamento básico	0	0	+++	0	-	--	0	+++
	Emissões atmosféricas	--	0	0	0	--	0	0	0
	Ruído	--	0	0	0	---	0	0	0
	Riscos Naturais	0	0	0	+++	0	0	+++	0

+++ Forte contribuição para o alcance das metas estratégicas

++ Média contribuição para o alcance das metas estratégicas

+ Fraca contribuição para o alcance das metas estratégicas

0 Contribuição nula ou insignificante para o alcance das metas estratégicas

- Fraco conflito com o alcance das metas estratégicas

-- Médio conflito com o alcance das metas estratégicas

--- Forte conflito com o alcance das metas estratégicas

0 Não aplicável



## **4 SÍNTESE DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL**

No quadro seguinte é realizado uma síntese geral da AAE do PDM de Alijó com a descrição dos FCD e critérios considerados, eventuais efeitos positivos/vantagens e efeitos negativos/desvantagens no ambiente decorrentes da aplicação do plano, diretrizes para a minimização ou potenciação dos efeitos e indicadores de avaliação e controlo ambiental.

FCD	Critérios	Efeitos positivos/vantagens	Efeitos negativos/desvantagens	Diretrizes de minimização ou potenciação dos efeitos	Indicadores de avaliação e controlo ambiental
<p><b>Ocupação e Gestão do Território</b></p>	<p>Ocupação e usos do solo</p>	<p>Valorização dos sectores agrícola e industrial baseado na inovação e modernização das empresas e dos processos produtivos</p> <p>Aproveitamento do potencial turístico da região através da criação de condições para a instalação de atividades e projetos turísticos</p> <p>Criação da EEM que estabelece regras de uso do solo que privilegiam a aptidão natural do solo e a preservação e valorização de valores naturais e paisagísticos existentes em solo rural e urbano</p> <p>Preservação das áreas da REN e da RAN excluídas das áreas urbanas, em processos de reconfiguração dos espaços urbanos, como espaços verdes mais vocacionados para o recreio e lazer</p>	<p>Ocupação de áreas da REN e da RAN originando a fragmentação e degradação ambiental de sistemas ecológicos e valores/recursos naturais.</p> <p>Instalação de projetos e unidades turísticas em áreas com valor paisagístico e natural integradas na REN, na RAN e na EEM.</p>	<p>Promover práticas agrícolas e florestais sustentáveis que contribuam para a manutenção da integridade do solo, para a biodiversidade local e para a qualidade da paisagem</p> <p>Contribuir para uma correta gestão da floresta através da harmonização das múltiplas funções que ela desempenha, nomeadamente funções produtivas, paisagísticas, recreativas (caça e pesca) e ambientais</p> <p>Implementação das normas regulamentares de uso e ocupação do solo definidas para a proteção e valorização ambiental das áreas que integram a EEM em solo rural e em solo urbano</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Variação da percentagem de espaços agrícolas com uso do solo qualificado como solo agrícola</li> <li>- Variação da percentagem de espaços florestais ocupados por povoamentos florestais</li> <li>- Variação da área ocupada por incultos</li> <li>- Variação da área afectada à REN e à RAN</li> <li>- Número de intervenções em espaços verdes urbanos classificados como EEU</li> <li>- Capitação de espaços verdes de utilização coletiva</li> </ul>
	<p>Povoamento</p>	<p>Fixação população local contrariando o abandono do solo rural e garantindo a multifuncionalidade do território, baseado em usos agrícolas florestais e atividades complementares</p> <p>Maior equidade no acesso a infraestruturas básicas e equipamentos e serviços da população residente nos aglomerados urbanos mais periféricos</p>	<p>Aumento do efeito polarizador da vila e abandono progressivo dos aglomerados urbanos periféricos</p>	<p>Reforço do subsistema urbano de Favaiais, Pinhão, Sanfins e Vilar de Maçada como forma de responder às dinâmicas e novas exigências de crescimento urbano</p> <p>Promover uma maior equidade no acesso a equipamentos, bens e serviços fundamentais da população residente nos aglomerados urbanos mais periféricos</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Percentagem de população residente em áreas predominantemente urbanas (APU)</li> </ul>

FCD	Critérios	Efeitos positivos/vantagens	Efeitos negativos/desvantagens	Diretrizes de minimização ou potenciação dos efeitos	Indicadores de avaliação e controlo ambiental
	Expansão urbana	<p>Requalificação e ordenamento da vila de Alijó e polos urbanos secundários</p> <p>Contenção das dinâmicas de urbanização dispersa em solo rural</p>	<p>Especulação imobiliária e expansão urbana na envolvimento de atividades e projetos turísticos</p>	<p>Assegurar a consolidação das áreas urbanas infraestruturadas com otimização do património construído e das edificações já existentes e não ocupadas, designadamente para fins habitacionais, turísticos, de equipamentos e de serviços</p> <p>Promover a expansão de grandes áreas urbanas com base na delimitação de UOPG que demarcam espaços de intervenção planeada e coerente, sendo programadas, por via de planos ou outras operações urbanísticas eficazes que cumprem as disposições do RJI&amp;T</p>	<p>- Percentagem da área edificada em espaços urbanizáveis e infraestruturados</p>
<b>Coesão e Desenvolvimento Territorial</b>	População	<p>Cria condições para a instalação de novos projetos e empreendimentos turísticos geradores de emprego e riqueza no concelho</p> <p>Contribui para uma maior equidade no provimento de equipamentos e infraestruturas viárias e de saneamento, melhorando as condições de mobilidade e habitabilidade da população rural</p>	<p>Não foram identificados efeitos negativos significativos</p>	<p>Promover a oferta de ensino profissionalizante de acordo com as necessidades e potencialidades da região;</p>	<p>- Variação da percentagem da população ativa</p> <p>- Variação total da população residente por freguesia</p> <p>- Variação dos saldos naturais e migratórios</p> <p>- Variação da estrutura etária da população</p> <p>- Variação da taxa de desemprego</p> <p>- Taxa bruta de escolarização no ensino secundário</p> <p>- Taxa de transição/conclusão do ensino secundário</p> <p>- Proporção da população residente com pelo menos a escolaridade obrigatória</p>

FCD	Critérios	Efeitos positivos/vantagens	Efeitos negativos/desvantagens	Diretrizes de minimização ou potenciação dos efeitos	Indicadores de avaliação e controlo ambiental
	Habitação	Contribui para a contenção da edificação em solo rural e para a requalificação e gestão sustentável do parque habitacional	Não foram identificados efeitos negativos significativos	<p>Promover a consolidação e otimização das áreas urbanas infraestruturadas nos espaços urbanos</p> <p>Aumentar a reabilitação/reconversão do património construído e das edificações existentes face a nova construção, designadamente para fins habitacionais, turísticos, de equipamentos e de serviços.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Variação do parque habitacional por freguesia</li> <li>- Variação dos alojamentos vagos</li> <li>- Variação do número de edifícios s/ infraestruturas básicas</li> <li>- Variação do peso de licenças para reconstrução ou reabilitação</li> </ul>
	Atividades Económicas	<p>Contribui para atração e fixação de novas iniciativas e investimentos geradores de emprego e diversificadores da atividade económica</p> <p>Reforça o papel e a importância do sector vitivinícola e contribui para a diversificação da atividade produtiva de base</p> <p>Cria condições para a instalação de novos projetos e empreendimentos turísticos geradores de emprego e riqueza no concelho</p> <p>Define orientações de exploração económica dos recursos endógenos baseadas em princípios de sustentabilidade e de valorização dos recursos naturais, paisagísticos e culturais</p>	Não foram identificados efeitos negativos significativos	<p>Qualificação da agricultura, reorientando produções mais significativas como a vinha e olival, de forma a tornar o sector mais competitivo e com maior qualidade e visibilidade externa</p> <p>Promover o empreendedorismo e a iniciativa empresarial para a diversificação da atividade económica no concelho</p> <p>Apoiar a fixação de iniciativas empresariais em meio rural com viabilidade económica e ambiental, devidamente enquadradas na paisagem envolvente e que estabeleçam relações económicas e sociais com as comunidades locais</p> <p>Promover a atração e fixação de iniciativas, investimentos associados ao turismo fluvial, enológico, ecológico e ao património histórico/cultural</p> <p>Promover a consolidação e qualificação das centralidades em áreas urbanas de elevada densidade urbana (sede de concelho e pólos urbanos secundários), caracterizadas pela maior densidade comercial, funções urbanas centrais, maior confluência de rede de transportes públicos e com potencial para a localização de novas formas de comércio</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Variação da superfície agrícola útil (SAU)</li> <li>- Número e dimensão das explorações agrícolas</li> <li>- Variação do nº de empresas industriais</li> <li>- Taxa de ocupação dos espaços industriais e de vocação turística</li> <li>- Variação da capacidade de alojamento turístico</li> <li>- Taxa de ocupação dos equipamentos hoteleiros</li> </ul>

FCD	Critérios	Efeitos positivos/vantagens	Efeitos negativos/desvantagens	Diretrizes de minimização ou potenciação dos efeitos	Indicadores de avaliação e controlo ambiental
	Acesso a bens e serviços públicos fundamentais	Incremento dos equipamentos coletivos e serviços públicos e o reordenamento dos existentes, garantindo uma coesão e desenvolvimento social	Não foram identificados efeitos negativos significativos	Garantir o acesso equitativo de toda a população a bens e serviços relacionados com a saúde, ensino e apoio social	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Variação da cobertura da rede de creches</li> <li>- Variação da cobertura da rede de ensino pré-escolar</li> <li>- Variação da cobertura da rede de ensino básico</li> <li>- Variação da cobertura da rede de cuidados de saúde</li> <li>- Tempo de acesso a equipamentos de utilização coletiva</li> <li>- Variação da cobertura da rede de apoio à 3.ª idade</li> </ul>
	Padrões de mobilidade	<p>Promove a melhoria da mobilidade externa através da construção e requalificação dos eixos rodoviários estruturantes, garantindo a inserção do concelho na rede viária nacional e a articulação com os centros urbanos envolventes</p> <p>Melhoria da acessibilidade e mobilidade interna das populações rurais</p>	Não foram identificados efeitos negativos significativos	Promover a reorganização e/ou criação de redes de transporte público coletivo, valorizando a intermodalidade, que assegurem a coordenação de horários entre os serviços rodoviários e os modos de transporte suaves e menos poluentes (ferroviário, pedonal e ciclovias).	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Variação dos tempos de deslocação a Vila Real</li> <li>- Variação tempos de deslocação à sede do concelho</li> <li>- Variação da repartição modal</li> <li>- Variação da cobertura dos serviços de transporte público</li> </ul>

FCD	Critérios	Efeitos positivos/vantagens	Efeitos negativos/desvantagens	Diretrizes de minimização ou potenciação dos efeitos	Indicadores de avaliação e controlo ambiental
<b>Recursos Territoriais</b>	<b>Recursos hídricos</b>	Melhoria da qualidade e quantidade dos recursos hídricos disponíveis através da melhoria da eficácia das infraestruturas básicas de saneamento  Criação da EEM para proteção dos sistemas hídricos mais importantes sob o ponto de vista ecológico, ambiental e económico	Pressão sobre os recursos hídricos devido ao aumento dos consumos de água e de energia para fins industriais e turísticos	Assegurar que os novos equipamentos públicos, parques empresariais, indústrias e empreendimentos turísticos incorporam soluções tecnológicas e organizativas mais exigentes do ponto de vista do uso eficiente da água e do tratamento dos resíduos gerados  Maior fiscalização na implementação de sistemas de gestão ambiental eficazes nas explorações agrícolas e agropecuárias de forma a minimizar a contaminação do solo e da água agroquímicos e efluentes residuais  Promover estudos para a identificação e quantificação dos recursos geológicos, hídricos e energéticos, definindo normas para a sua proteção e exploração sustentável com base na elaboração de EIA	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Variação da qualidade da água superficial</li> <li>- Variação da qualidade da água subterrânea</li> <li>- Área ribeirinha requalificada/recuperada</li> <li>- Quantidade de adubos e fertilizantes aplicados por hectare em explorações agrícolas</li> <li>- Número de descargas de águas residuais em linhas de água sem tratamento prévio</li> </ul>
	<b>Recursos florestais</b>	Combate ao êxodo rural e abandono das atividades tradicionais contribuindo para a manutenção de atividades agrícolas e florestais	Não foram identificados efeitos negativos significativos	<p>Promover o crescimento dos processos de certificação agro-florestal, em função de objetivos de gestão sustentável das atividades produtivas em solo rural</p> <p>Promover o aproveitamento e expansão dos espaços florestais em áreas de incultos e em zonas declivosas através da implementação de projetos de arborização adequados e bem adaptados ao território</p> <p>Incorporação nos projetos de repovoamento com espécies florestais resinosas, sempre que possível, manchas com espécies folhosas autóctones;</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Área do concelho integrada em categorias de espaço florestal</li> <li>- Área florestal sujeita a Planos de Gestão Florestal</li> <li>- Área de incultos sujeita a projetos de arborização</li> <li>- Percentagem de povoamentos folhosos autóctones e de resinosas no conjunto dos povoamentos florestais</li> <li>- Número de empresas criadas nas fileiras de floresta e seus associados</li> </ul>
	<b>Recursos cinegéticos e piscícolas</b>	Dinamização das atividades cinegéticas e piscícolas gerada pelo desenvolvimento de empreendimentos turísticos	Não foram identificados efeitos negativos significativos	Promover a gestão e o ordenamento dos recursos cinegéticos e piscícolas através da valorização do exercido por associações, sociedades ou clubes de caçadores que desenvolvam ações de fomento e conservação da fauna cinegética;	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Variação da área submetida a regime cinegético especial</li> <li>- Número de concessões ou reservas de pesca</li> <li>- Número de associações, sociedade ou clube de caça e pesca existentes</li> </ul>



FCD	Critérios	Efeitos positivos/vantagens	Efeitos negativos/desvantagens	Diretrizes de minimização ou potenciação dos efeitos	Indicadores de avaliação e controlo ambiental
	Recursos geológicos	Definições de normas de uso e ocupação do solo para a exploração de recursos geológicos em áreas florestais e	Não foram identificados efeitos negativos significativos	Promover estudos para a identificação e quantificação dos recursos geológicos e definir normas para a sua proteção e exploração sustentável com base na elaboração de planos de lavra rigorosos e de EIA e Planos Ambientais de Recuperação Paisagística;	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Variação da área de prospeção e pesquisa de recursos geológicos</li> <li>- Variação da área destinada à exploração de recursos geológicos</li> <li>- Quantificação do volume de recursos minerais extraídos</li> </ul>
	Recursos energéticos	<p>Combate ao êxodo rural e abandono das atividades tradicionais contribuindo para a manutenção das atividades cinegéticas e piscícolas</p> <p>Aproveitamento sustentável dos recursos endógenos baseado em fontes de energias renováveis e menos poluentes.</p>	Não foram identificados efeitos negativos significativos	<p>Incentivar a instalação de projetos e empreendimentos que contribuam para a exploração de fontes de energia renovável</p> <p>Promover nas autarquias uma verificação pro-ativa do cumprimento das normas atualmente em vigor (RCCTE e RSECE) para a melhoria de eficiência energética dos novos edifícios e incentivar a certificação energética do seu património</p> <p>Promover o recurso às energias endógenas nos edifícios, através da instalação de equipamentos e instrumentos que permitam o aproveitamento de energias renováveis</p> <p>Promover estudos para a identificação e quantificação dos recursos geológicos, hídricos e energéticos, definindo normas para a sua proteção e exploração sustentável com base na elaboração de EIA</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Variação da produção de energia a partir de fontes de energia renovável por tipologia de fonte de energia</li> <li>- Variação do número de edifícios licenciados que cumprem o RCCTE e RSECE.</li> </ul>
	Biodiversidade	Qualificação do solo rural e definição de um regime de uso do solo que privilegia a proteção e valorização da aptidão natural do solo e recursos endógenos do território	Expansão da indústria extrativa à custa da ocupação de áreas de elevado interesse conservacionista	<p>Promover a regeneração natural de espécies autóctones em espaços naturais e nos espaços florestais de conservação e incrementar o mosaico paisagístico nos espaços de uso múltiplo agrícola e florestal</p> <p>Promover nas margens dos cursos de água a rearboreção como medida de proteção e manutenção dos corredores ribeirinhos existentes;</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Variação da área do concelho classificada como espaço natural</li> <li>- Variação da área do concelho ocupada por vegetação autóctone</li> <li>- Variação da área do concelho ocupada por espécies exóticas</li> </ul>

FCD	Critérios	Efeitos positivos/vantagens	Efeitos negativos/desvantagens	Diretrizes de minimização ou potenciação dos efeitos	Indicadores de avaliação e controlo ambiental
	Paisagem	Contribui para o ordenamento da expansão urbana reduzindo os impactes visuais na paisagem provocados pela edificação dispersa em solo rural	Impactes visuais negativos na paisagem provocados pela construção e ampliação de infraestruturas viárias e de edifícios para habitação, equipamentos e unidades industriais e turísticas de grande escala	Garantir a integração harmoniosa na paisagem de unidades turísticas e industriais, minimizando os impactes visuais na paisagem	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Número de intrusões visuais</li> <li>- Variação da área arida</li> </ul>
	Património cultural e edificado	<p>Promove a reestruturação e requalificação dos espaços urbanos contribuindo para a reabilitação/reconversão do património edificado e dos aglomerados rurais</p> <p>Promoção e valorização do património cultural e edificado através da criação de roteiros turísticos-culturais e requalificação das aldeias tradicionais</p> <p>Classificação dos valores patrimoniais mais relevantes e promoção da reabilitação dos sítos, edifícios e espaços culturais.</p>	Não foram identificados efeitos negativos significativos	<p>Promover o desenvolvimento de projetos turísticos em solo rural privilegiando a recuperação e requalificação de edifícios e espaços de especial interesse patrimonial, cultural ou paisagístico</p> <p>Adotar medidas para uma dinamização cultural mais vasta, que aborde outras valências culturais para além do património edificado, em função das suas características paisagísticas, agrícolas e rurais, rotas pedestres, pontos de observação ou de acesso a áreas históricas e arqueológicas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Variação do património classificado ou em vias de classificação</li> <li>- Estado de conservação do património classificado</li> <li>- Investimento em património cultural e edificado</li> <li>- Número de rotas turísticas estabelecidas em torno do património cultural</li> </ul>
<b>Qualidade Ambiental</b>	Saneamento Básico	Melhorias das infraestruturas básicas de saneamento em aglomerados rurais	Degradação da qualidade do ambiente provocado pelo tratamento inadequado dos resíduos gerados por atividades turísticas e industriais	<p>Reforço dos sistemas multimunicipais para o tratamento e valorização de RSU</p> <p>Assegurar que o acolhimento de novas atividades industriais e turísticas sejam suportados por sistemas eficazes de recolha, tratamento e valorização dos resíduos gerados;</p> <p>Aumentar a cobertura da rede de drenagem e tratamento secundário dos efluentes líquidos e eliminar as descargas destes efluentes nos meios receptores sem tratamento prévio adequado;</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Consumo de água por habitante</li> <li>- Percentagem de água captada para abastecimento público tratada em ETA</li> <li>- Percentagem de população servida por ETAR</li> <li>- Produção de resíduos por habitante</li> <li>- Percentagem de resíduos recolhidos seletivamente</li> </ul>

FCD	Critérios	Efeitos positivos/vantagens	Efeitos negativos/desvantagens	Diretrizes de minimização ou potenciação dos efeitos	Indicadores de avaliação e controlo ambiental
	Emissões atmosféricas	Não foram identificados efeitos positivos significativos	Aumento das emissões de gases poluentes provenientes de estabelecimentos industriais e do aumento do tráfego rodoviário em vias requalificadas/ampliadas	Monitorização das emissões de poluentes atmosféricos provenientes do tráfego rodoviário e de atividades industriais	- Emissão de poluentes atmosféricos por superfície
	Ruído	Zonamento acústico das atividade do território mais suscetíveis de produzirem ruído e definição de faixas de proteção para evitar situações de desconforto causado pelo ruído	Aumento dos níveis de ruído provenientes de estabelecimentos industriais e do aumento do tráfego rodoviário em vias requalificadas/ampliadas	Condicionar a instalação de atividades geradoras de ruído nas proximidades de zonas residenciais	- Variação da percentagem de áreas urbanas ou urbanizáveis localizadas em áreas sensíveis - Número de queixas relativas ao ruído
	Riscos Naturais	Controlo da dispersão urbana em áreas rurais sem capacidade edificatória e mais vulneráveis a riscos naturais Criação da EEM e proposta de medidas gestão do território para prevenção e imunização dos riscos naturais	Não foram identificados efeitos negativos significativos	Condicionar a construção e promover a infiltração da água em cabeceiras das linhas de água e em áreas de máxima infiltração Condicionar a edificação nas margens dos cursos de água e zonas ameaçadas pelas cheias e promover a sua gestão como espaços abertos mais vocacionados para atividades de recreio e lazer Condicionar a construção em áreas florestais com perigosidade de incêndio elevado ou muito elevado, com exceção das ligadas à prevenção e combate de incêndios florestais e de pequenas infraestruturas e equipamentos de apoio à exploração florestal Manutenção e limpeza periódica das faixas exteriores de proteção contra os incêndios florestais na envolvente das edificações de acordo com a priorização do risco Promover a correta ocupação do solo em áreas com risco de erosão de forma a minimizara a erosão do solo e os deslizamentos de terreno;	- Número de ocorrências de deslizamentos ou desprendimentos de terrenos - Áreas ameaçadas por cheias convertidas em espaços verdes - Variação da área florestal ardida - Variação do n.º de ocorrências de incêndios florestais

Quadro. 9. Síntese da avaliação ambiental para a totalidade dos fatores críticos



## 5 CONCLUSÃO

A AAE tem como principal finalidade facilitador a introdução dos aspetos ambientais mais relevantes para a sustentabilidade do território no processo de revisão do PDM.

Os estudos que suportaram a análise e avaliação dos FCD permitiram fazer o diagnóstico e avaliar as tendências de evolução dos aspetos ambientais mais importantes do território adaptados à escala de análise do PDM. Para o município de Alijó foram considerados os seguintes FCD:

- **Organização e gestão do território:** contempla a dimensão do ordenamento físico do território, incluindo os aspetos relacionados com a ocupação e usos do solo, a distribuição espacial da população, as dinâmicas de urbanização e a racionalização das infraestruturas públicas;
- **Coesão e desenvolvimento territorial:** atende à dimensão da equidade e da competitividade territorial, nomeadamente os aspetos relacionados com as dinâmicas demográficas e construtivas, as dinâmicas económicas, a mobilidade e a igualdade de oportunidades no acesso às redes públicas de infraestruturas, equipamentos, serviços e funções urbanas;
- **Recursos territoriais:** incide sobre aspetos relacionados com a proteção e valorização dos recursos endógenos considerados fundamentais para a o desenvolvimento sustentável do território;
- **Qualidade ambiental:** avalia aspetos relacionados com a qualidade ambiental e qualidade de vida avaliando os níveis de cobertura e a eficiência dos sistemas de saneamento básico, a qualidade da água e do ar, o ruído e os riscos naturais.

Com base nos estudos dos FCD foram avaliados as principais oportunidades e ameaças tendo em conta o referencial o QRE e os objetivos e metas estabelecidos para proteção ambiental e desenvolvimento sustentável em planos e programas de âmbito nacional, regional sectorial e intermunicipal com incidência no território em estudo. Seguidamente são descritas as oportunidades e ameaças identificados para cada um dos FCD:

- **Organização e gestão do território**

Oportunidades: qualificação do solo rural em função a aptidão natural do solo e das dinâmicas de ocupação verificadas nos últimos anos e definição de atividades complementares compatíveis com o uso dominante; retificação das áreas da REN e da RAN com base em cartográfica mais rigorosa e atualizada utilizando novas tecnologias SIG; definição de uma EEM para proteção e valorização ambiental de áreas, valores e sistemas ecológicos fundamentais em espaços rurais e urbanos; ordenamento da expansão de áreas urbanas e contenção da edificação fora dos espaços urbanos.

Ameaças: abandono do solo rural e das atividades ligadas à agricultura e silvicultura; ausência de uma cultura cívica valorizadora do ordenamento do território que envolva uma maior participação dos cidadãos; edificação dispersa ao longo de vias e ocupação de áreas ecologicamente sensíveis sob o ponto de vista ecológico, nomeadamente áreas da REN e da RAN; concentração de serviços públicos, equipamentos e rede de transportes na sede de concelho, dificultando o acesso de populações mais periféricas.

- **Coesão e desenvolvimento territorial**

Oportunidades: reforço da capacidade de atração e polarização do concelho através da melhoria dos eixos viários estruturantes e dos serviços coletivos de proximidade; aproveitamento do elevado potencial para o desenvolvimento da indústria extrativa e do turismo termal e de natureza como atividades geradoras de mais valias no concelho; promoção e valorização do elevado potencial do solo rural em termos de multifuncionalidade.

Ameaças: êxodo rural e envelhecimento da população; da intensa competição territorial pela retenção dos efeitos centrífugos de Vila Real; falta de iniciativa empresarial e empreendedorismo que promovam a diversificação económica do concelho; fraca qualificação da população residente aliada ao reduzido número de estabelecimentos de ensino profissionalizante.

- **Recursos territoriais**

Oportunidades: requalificação do solo rural de forma a promover a utilização sustentável dos recursos e valores naturais e paisagísticos; da valorização e desenvolvimento económico dos recursos naturais existentes (geológicos, florestais, energéticos); melhoria das condições de salvaguarda, valorização e de animação do património cultural através da criação de redes de promoção turística; proteção dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos fundamentais para a regularização do regime hídrico.

Ameaças: aumento das necessidades de água para consumo humano; aumento da produção de resíduos e efluentes de origem doméstica e industrial; destruição dos recursos naturais e paisagísticos provocados pela ocorrência de incêndios florestais e pela expansão da indústria extrativa; degradação do património arquitetónico e edificado; tendência crescente de aumento da artificialização do território e redução da biodiversidade.

- **Qualidade ambiental**

Oportunidades: melhoria da qualidade de vida da população e do ambiente em geral originadas pelo incremento dos sistemas de saneamento básico, equipamentos e serviços; zonamento acústico das atividades mais ruidosas; identificação das áreas mais suscetíveis a riscos naturais e proposta de medidas para a prevenção e minimização dos riscos.

Ameaças: elevada suscetibilidade da região ao risco de erosão e ao risco de incêndio; cobertura insuficiente em sistemas de tratamento de água

residuais e de valorização de resíduos urbanos produzidos; aumento dos níveis de poluição ambiental gerados pelo tráfego rodoviário e pela atividade indústria.

O programa de avaliação e controlo ambiental definido deverá acompanhar o processo de implementação do plano de forma a avaliar, através da medição dos indicadores, a evolução dos aspetos ambientais considerados mais relevantes e detetar situações inesperadas não previstas na AAE. Nesta fase é importante assegurar o cumprimento das diretrizes de planeamento ou programação estabelecidas para cada FCD destinadas a prevenir e evitar ou reduzir os efeitos adversos e ponderar eventuais alterações de orientação estratégica, que frequentemente ocorrem em processos estratégicos, caso se verifiquem situações graves impactos ambientais.

A AAE demonstrou ser uma ferramenta eficaz na sistematização das opções estratégicas do PDM e os seus efeitos no ambiente, contribuindo para um melhor conhecimento das oportunidades e impactes decorrentes da aplicação do plano e para a proposta de medidas que potenciem os efeitos positivos e minimizem os efeitos negativos.